

UM MANIFESTO PELA FLORESTA URBANIZADA

Resenha do livro:

A Urbe Amazônida: a floresta e a cidade

Bertha Koiffmann Becker

Rio de Janeiro: Garamond, 2013.

Claudio Egler

Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD); bolsista de produtividade do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Brasil.
E-mail: cegler@gmail.com.

A recente publicação do livro “A Urbe Amazônida: a floresta e a cidade” por Bertha K. Becker representa o culminar de um conjunto de pesquisas realizadas pela autora sobre as cidades amazônicas e de seu papel na formulação e difusão de um modelo de desenvolvimento autóctone e sustentável, capaz de promover a melhoria das condições de vida daqueles que vivem e trabalham nas vizinhanças e no interior da maior extensão de florestas tropicais da Terra.

A relação dialética entre a floresta e a cidade é a questão central que anima a pesquisa e pavimenta o caminho que percorremos guiados por Bertha Becker, desde a exploração das ‘drogas do sertão’ nos primórdios da colonização até as possibilidades atuais que oferecem o conhecimento da biodiversidade e os avanços da biotecnologia para o manejo sustentável das águas e florestas da Amazônia.

O livro - de fácil leitura e compreensão - é um destilado de primeira qualidade de dois componentes principais do pensamento de Bertha. Primeiro, seu profundo conhecimento investigativo que a levou a dialogar com parceiros como Peter Taylor, da Loughborough University, Reino Unido, coordenador da Rede de Pesquisas sobre Globalização e Cidades Mundiais (GaWC) e um dos principais emuladores dos estudos que deram origem ao livro. Segundo, sua vasta vivência empírica da realidade amazônica, que a conduziu pelos mais recônditos rincões da imensa bacia fluvial amazônica.

Abstração teórica e conhecimento empírico se mesclam de forma harmoniosa para decifrar o enigma central do livro: por que os núcleos urbanos, que

foram parte intrínseca do processo de colonização da Amazônia, não promoveram o desenvolvimento da região? A solução se inicia com as formulações teóricas do Capítulo 1, elaboradas a partir das concepções de Jane Jacobs acerca da precedência e prevalência das cidades no processo de mudanças econômicas e sociais.

Diferenciando o papel dos Estados – enquanto entidades fundamentalmente políticas, daquele desempenhado pelas cidades – enquanto ‘locus’ das atividades econômicas, Bertha se alinha com as concepções que postulam que política e economia são atividades sociais interrelacionadas, embora não integradas. Poder estatal e mercado são instituições-chaves para compreender como se entremeiam geopolítica e geoeconomia na construção das distintas e complexas territorialidades do mundo atual e, em particular, na Amazônia Sul-americana.

A distinção entre *trabalho velho* e *trabalho novo* proposta por Jacobs, indo além da formulação clássica de Marx sobre *trabalho morto* e *trabalho vivo*, se inscreve como base de uma teoria materialista das cidades, onde o caráter do novo se corporifica como *trabalho de desenvolvimento*, como aquele que promove o crescimento da economia ao ampliar a divisão técnica e social do trabalho e as dimensões relativas do mercado.

Os pulsos de crescimento que se irradiam das cidades dinamizam a região, seja pelo aumento das exportações para outras cidades, seja pela ampliação de seu próprio mercado urbano, não apenas quanto à quantidade, mas principalmente quanto à diferenciação de produtos, o que estimula o processo local e regional de substituição de importações. Tais pulsos formamos ‘surto econômico’ que podem trazer dinamismo às cidades, porém caso vigore o monopólio comercial ou privilégios políticos, as cidades podem estagnar ou mesmo regredir.

Bertha Becker utiliza a concepção de surtos econômicos de Jacobs e Taylor para analisar as origens e evolução das cidades na Amazônia, destacando seu caráter tardio e exógeno. Segundo a autora, o modelo espacial que mais se aproxima do processo de povoamento primordial da grande bacia fluvial foi o caribenho, onde prevalecia a pirataria e a disputa de poder.

No capítulo 2, o expansionismo mercantilista resultante da combinação do poder imperial das monarquias absolutistas com as vantagens

monopolistas das companhias de comércio europeias alimentou invasões e tentativas de conquista. No entanto, como destaca a autora, as missões religiosas semearam pequenos aglomerados, que não podem ser considerados como cidades, mas que fixaram os primeiros núcleos populacionais do que futuramente seria a sementeira urbana da ‘urbe amazônida’.

A efetiva formação das ‘proto-urbesamazônidas’ ocorreu com os surtos econômicos na passagem do século XIX para o XX, quando a demanda industrial da economia-mundo por borracha produziu um forte movimento migratório de nordestinos para os vales amazônicos, em processo que Celso Furtado denominou de ‘transumância amazônica’. Bertha mostra que os nordestinos sustentaram além do surto da borracha, o da castanha, da extração mineral, formando os peões da explosão rodoviária e industrial.

A concepção latina de ‘urbe’ é semelhante à noção grega de ‘polis’, entretanto, a principal diferença entre elas talvez resida no sentido da autonomia do poder decisório. Na Amazônia, como mostra Becker, o monopólio comercial e o poder político dos centros hegemônicos da economia-mundo dominaram a dinâmica urbana em suas diversas fases. Desde Lisboa, passando por Londres e Nova York, até chegar ao comando de São Paulo, o processo de drenagem econômica na bacia urbana dificultou a criação de trabalho novo, mesmo diante do avanço da ‘fronteira urbanizada’, termo que caracteriza a originalidade do pensamento de Bertha.

A Zona Franca de Manaus (ZFM) é tratada como uma forma de favorecimento da economia urbana para fins geopolíticos de controle sobre o território, rompendo com os circuitos mercantis que dificultavam as mudanças em área escassamente povoada e sujeita a pressões de diversos interesses. Bertha Becker têm razão quanto aos efeitos da ZFM no contexto amazônico que, de um modo ou outro, acabou por concentrar os efeitos das mudanças em Manaus e preservou a floresta no estado do Amazonas. No entanto, a renúncia fiscal também cultivou privilégios para algumas elites regionais que não seriam capazes de sobreviver sem a proteção e as benesses do estado nacional.

No capítulo 3, as cidades locais, isto é, os pequenos núcleos ribeirinhos assumem protagonismo relevante na estruturação da ‘urbe amazônida’, pois é justamente nelas que reside parte das populações

tradicionais que, de um modo ou outro, busca refúgio contra a expropriação das terras e a modernização excludente das cidades mais populosas. Bertha mostra que nesses possíveis focos de resistência é possível encontrar trajetórias autônomas com bons resultados econômicos, fundadas no trabalho familiar e no aproveitamento sistemas agroflorestais não madeireiros.

No capítulo 4, Bertha Becker procura sintetizar suas pesquisas e propor alternativas que resgatem e promovam o papel da urbanização como o cerne de um novo projeto regional para a Amazônia. O desafio está em conciliar o desenvolvimento com a preservação das florestas em pé, valorizando os serviços ecossistêmicos e garantindo seu manejo sustentável. A autora é uma crítica arguta das alternativas que querem privilegiar apenas a preservação, como é o pagamento por redução do desmatamento e degradação (REDD), que apenas beneficia florestas que não produzem e funcionam como depósitos de carbono sequestrado de outras atividades realizadas em qualquer parte da superfície da Terra.

A militante pela causa da Amazônia, que todos nós conhecemos e admiramos, defende um papel regulador do estado através do estabelecimento de “zonas”, que por suas formas de apropriação e uso social, se transformem em sub-regiões, onde cidades dinâmicas seriam capazes de gerar e difundir ciência, tecnologia e inovação (C&T&I), sempre em complementaridade com outros centros urbanos que formariam o arcabouço de uma rede integrada e dinâmica capaz de dar sustentação ao desenvolvimento da Amazônia.

Bertha Becker é uma visionária, no sentido de quem possui capacidade de antecipar os rumos futuros.. Sua impressionante capacidade de criação e trabalho é motivo de admiração por todos que militam por um Brasil justo, equânime e sustentável. Na leitura de seu novo livro é possível encontrá-la ao virar cada página, sempre na defesa intransigente da floresta e daqueles que vivem e trabalham na Amazônia. De um modo ou outro, ela nos aponta que o caminho passa por cidades que têm autonomia para construir, tanto a cidadania de seus moradores, como cadeias produtivas fundadas na biodiversidade regional.